

Abertura

NACIONALISMO E RENASCIMENTO AFRICANO

NATIONALISM AND AFRICAN RENAISSANCE

Lourenço do Rosário*

É comum dizer-se que nós só sentimos determinado órgão quando esse órgão não está bem, isto é, os órgãos, quando estão a desempenhar suas funções normalmente e em boas condições, não reclamam sua existência, assim nós não nos apercebemos de que respiramos, simplesmente respiramos, nós não estamos permanentemente conscientes de que temos dois braços, simplesmente utilizamos os dois braços, nós não precisamos ter consciência de que temos duas pernas quando caminhamos, simplesmente caminhamos. Da mesma forma com o que se passa com nosso organismo, o mesmo podemos aplicar ao funcionamento dos sistemas.

Cada elemento de um sistema tem uma função específica, mas essa função só se torna útil quando concorre para a viabilidade do funcionamento geral de todo o sistema. Esses princípios básicos que aqui enuncio de forma introdutória podem aplicar-se ao mundo da biologia, da física, da lógica matemática, da história, da filosofia e em toda a complexidade das organizações.

Diz-se que é da filosofia que nascem as ciências, porque é dela que surge a indagação da relação do homem com sua própria existência e da sua relação com a natureza. Assim, quando falamos em sistemas mais complexos, nomeadamente na área das organizações das sociedades, nós não nos apercebemos de que estamos a falar do funcionamento de um infindável número de elementos harmoniosamente articulados que concorrem para que esses sistemas complexos funcionem bem. Quando funcionam mal ou com alguma deficiência, tomamos consciência de que algo deve ser feito para repor o que está em perda.

É nesta linha que pretendo abordar o tema *Nacionalismo e renascimento africano*, pois acredito que este nos remete de imediato para uma visão de défice e de busca.

O conceito de nacionalismo é mais abrangente do ponto de vista da sua significação, podendo aplicar-se a uma atitude singular ou colectiva em face da consciência de se ser ou não ser, e, no caso vertente, nacionalista ou não nacionalista. Por sua vez, o conceito de “renascimento africano” leva-nos a um processo iniciático de nascimento, morte, ressurreição, logo renascimento só pode renascer o que de alguma forma em algum momento se perdeu.

* Lourenço Joaquim da Costa Rosário, Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique. Reitor da Universidade Politécnica, e-mail: lrosario@apolitecnica.ac.mz

Os dois conceitos não são simples para poder ser abordados num artigo curto, como também podem eventualmente ser vistos de forma simples e ser abordados numa conversa de café.

Historicamente, o nacionalismo africano nasce com a consciência de liberdade do homem negro a partir da saga da escravatura nas Américas. Ele confunde-se muito com o que vulgarmente se conhece por pan-africanismo, nascido nas Américas após o movimento de libertação dos escravos. Portanto, o conceito de nacionalismo, de forma geral, como conceito ideológico e político, pressupõe o amor por um movimento que realça a consciência nacional, o que significa que implicitamente traz dentro de si o sentido de unidade e de luta por uma causa. Desse modo, o nacionalismo, na sua vertente pan-africanista, tinha o sentido de unidade de todos os negros desenraizados das suas terras pela escravatura americana e, recém-libertos, lutavam por uma causa comum – o retorno à Mãe África. Nesse movimento é natural que tivessem surgido embriões de renascimento africano no contexto que esse movimento nacionalista se verificou nos finais do século XIX em terras americanas. Os factos históricos mostram-nos que esse movimento teve experiências concretas de retorno à África, que se materializaram com a criação da Libéria e da cidade de Freetown, na Serra Leoa, mas também se materializou na retomada de mitos e lendas que procuravam reconstituir as raízes perdidas.

São factos históricos importantes que inspiraram todos os outros movimentos posteriores que traziam dentro de si a semente do nacionalismo e da libertação africana. Os factos históricos mostram-nos também que toda a ideologia construída à volta desse movimento nacionalista persegue uma utopia difícil de materializar porque não teve em conta dois factores fundamentais: o espaço e o tempo, isto é, a geografia e a história. Por isso o pan-africanismo nascido nas Américas não sobreviveu quanto ao projecto de retorno físico à África.

Num segundo momento, a implantação da ocupação colonial europeia em quase todo o território do continente africano que se efectiva após a Conferência de Berlim confirma a tese iniciática que atrás enunciei de que os movimentos nascem, morrem e ressurgem, isto é, renascem. Tivemos de esperar duas décadas do século XX, após a participação dos africanos nas tropas coloniais na Primeira Grande Guerra e a ida de seus filhos para as universidades das capitais coloniais, para o início do ressurgimento do pensamento nacionalista, e é importante não esquecer que o elemento que alimenta o sentimento de nacionalismo começa sempre com alicerces de natureza cultural. É a atitude de identidade e identificação cultural que nos faz sentir que somos diferentes do outro e nos permite tomar a consciência de como o outro olha para nós e nos trata.

Tomemos como exemplo o conceito de pobreza, um conceito oriundo da economia. Ele não é um problema quando todas as pessoas do mesmo grupo são pobres num determinado espaço e num determinado momento. Entretanto, a partir de algum tempo, alguns dentre esses pobres começam a tornar-se menos pobres e até a enriquecer sem que os pobres restantes entendam como isso está a acontecer. De imediato surgem as interrogações, em primeiro lugar no plano da palavra, da interrogação, da rejeição, do teatro, do canto, da anedota e até da ficção, que, se sistematizadas, acabam sendo o embrião da revolta, podendo dar lugar a outras formas de manifestação e luta.

Mais do que o dinamismo da economia, a cultura é um dos combustíveis principais dos movimentos nacionalistas. Foi assim que as primeiras manifestações de nacionalismo africano não surgiram como uma repulsa ao sistema político e económico colonial como tal, mas sim como reconhecimento de se ser diferente dos colonizadores, dos colonialistas, mesmo estando a partilhar da mesma mesa. São exemplo disso os jovens que corporizam o movimento africano nos anos 20 e 30 do século XX, que eram

estudantes nas universidades de Londres e Paris, e muitos deles chegaram a participar nos organismos de governação do sistema colonial. Senghór foi secretário de Estado do governo francês e membro da Assembleia Nacional Francesa antes de se tornar líder no Movimento Nacionalista e primeiro Presidente da República desse país africano.

A grande questão que se coloca à problemática do nacionalismo na vertente africana é que este foi sendo construído em cima de utopias que ao mesmo tempo lhe davam motivo da sua existência e da sua não existência, isto é, os *slogans* “*negros de todo mundo, uni-vos*” ou “*africanos de toda a África, uni-vos*” que consubstanciavam os fundamentos da negritude e do pan-africanismo do século XX eram simultaneamente gritos de unidade e de desunião.

Foi com esse movimento sentado em cima de utopias que a África acedeu às independências nos primeiros anos eufóricos da década de 1960. E as várias tendências de unidade conseguiram um consenso com a criação da Organização da Unidade Africana e a aprovação de uma Carta que defendia essencialmente dois princípios:

1. o respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo;
2. a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

Se hoje analisarmos esses dois pressupostos da Carta da Unidade Africana aprovada em 1963, verificamos a profunda contradição a posterior em face da própria essência da Unidade Africana, que visava a velar por uma identidade de uma África unida e que ao mesmo tempo defendia o respeito às portas fechadas de cada Estado.

Foi assim que logo após a festa do triunfo do nacionalismo, que trouxe as independências africanas, verificamos uma catadupa de golpes de Estado e implantação de ditaduras ferozes, que na prática negavam os pressupostos da dignificação do homem, contado nos poemas produzidos pelos pais do nacionalismo, da negritude e do pan-africanismo.

E a organização da Unidade Africana, que era suposto defender o sentimento do pan-africanismo, assistiu sem nada poder fazer, imobilizada por força do pressuposto de não ingerência nos assuntos internos de cada país. O nacionalismo que fez brotar as independências africanas definha e morre debaixo das botas déspotas dos ditadores, e os povos de África se desesperaram perante aquilo a que o escritor costa marfinense Makoutan Bucu chamou de “*o ocaso do sol das independências*”.

As interferências exteriores que o lastro do colonialismo fez permanecer em África permitiram que essa situação se prolongasse por várias décadas e que os ditadores de África passassem nos salões do Ocidente como respeitáveis estadistas. O povo empobreceu, os países escancararam suas portas ao saque das suas riquezas. Podemos afirmar que temos aqui simbolicamente a tal morte de um primeiro momento do nacionalismo, que vai permitir seu posterior ressurgimento.

Em 2013, a União Africana festejou os cinquenta anos da criação da Organização da Unidade Africana e o triunfo do pan-africanismo, lançando as bases de um programa chamado África 2063. É importante recuar dez anos para verificar como a organização da Unidade Africana morre de morte natural e no seu lugar nasce a União Africana. Uma nova geração de dirigentes, alguns dos quais resultaram das lutas ideológicas, políticas e econômicas da guerra fria entre o capitalismo e o comunismo internacionais e das lutas armadas de libertação, tomou consciência de que ou mudava de rumo nas políticas africanas ou o povo mudava de políticos.

A grande novidade da geração que cria a União Africana em 2003 está na consagração do pressuposto da boa governação, reconhecendo os valores universais da relação democrática entre governantes e governados.

Do ponto de vista histórico, os fundamentos que estão na base da constituição do Nepad e dos vários programas que nascem dele pressupõem naturalmente uma nova predisposição a que se chamou de Renascimento Africano.

O Nepad foi saudado com grande entusiasmo não só pelas elites, mas também com esperança pelas comunidades. E a razão disso reside no facto de consagrar em si o princípio universal da convivência democrática, da preocupação com o desenvolvimento humano, com a consagração dos direitos humanos civis e do cidadão e do combate feroz contra formas ditatoriais de governação das nações. E, sobretudo, reconheceu a corrupção como fonte de todos os fracassos das políticas africanas.

Moçambique aderiu em 2003, logo na Constituição da União Africana no âmbito do Nepad, ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares (Marp), um exercício único no mundo, na medida em que os países se permitiram abrir, escancarar suas fronteiras e deixar ver aos outros sua própria governação e ouvir dos outros críticas que ajudam a melhorar os procedimentos e se adequar aos direitos dos povos e dos cidadãos. Esse princípio que está na base da criação do Marp é diametralmente oposto ao princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, consagrado na Carta da falecida Organização da Unidade Africana.

Pode-se dizer que as ideias de força que orientam os caminhos traçados pela nova fase do Renascimento e a esperança da entrada para uma senda da boa governação em África retomam as ideias que tinham sido abraçadas pelos pais do Nacionalismo Africano dos anos 20 e 30 do século passado e que conduziram a todo o processo de luta pelas independências, que, como vimos, não tiveram êxito por força dos golpes de Estado e pelas ditaduras que depois foram implantados em África, isto é, a ideia de uma África forte, unida, a caminho dos Estados Unidos de África tinha sido já defendida pela geração de Kwame Nkrumah. Portanto, quando Kadafi retoma essa senda não estava a inovar absolutamente nada, mas tal como a ideia inicial dos Estados Unidos de África, não encontrou unanimidade e consenso por parte dos pais das independências, Kadafi também não conseguiu reunir os mesmos consensos.

No plano do discurso político há uma espécie de acolhimento da validação dessa ideia como uma consagração do movimento pan-africanista: uma África politicamente unida, economicamente articulada tornar-se-ia um bloco forte e um interlocutor de respeito no contexto das relações globais.

Nas várias reuniões internacionais em que esse problema foi debatido verificamos que os chefes de Estado africanos e outros dirigentes acolhiam a ideia e a consideravam útil, mas divergiam profundamente na metodologia da sua implementação. Provavelmente Kadafi tenha pago um preço muito alto pela sua teimosia em correr mais do que permitiam as forças contrárias à sua ideia.

Por outro lado, os pressupostos defendidos por essa nova geração e que estão consagrados nas linhas estratégicas de África 2063 mostram a preocupação de que África não pode continuar a ser espectadora na resolução dos seus próprios problemas, permitindo que venha do exterior a solução dos conflitos, das doenças, das guerras, da pobreza e da má governação. Por isso é que se reforçam os blocos regionais, reforça-se o processo de vigilância permanente das fracturas resultantes da má governação, da instabilidade em que primeiro no próprio bloco regional e depois no nível da União Africana se tenta encontrar soluções adequadas. São exemplos disso Madagáscar e a República Democrática do Congo, na SADC, e a Guiné Bissau na África Ocidental e ainda outros países africanos em que os blocos regionais se empenharam profundamente

para evitar que as forças globais tomassem dianteira nas resoluções de conflitos internos.

É uma luta colossal porque, como também verificamos, não foi possível evitar a interferência da França no conflito da Costa do Marfim e da República Centro Africana e no Mali, bem como no caos provocado pela interferência da coligação da França e seus parceiros da Nato no conflito da Líbia, no contexto daquilo a que se chamou de “Primavera Árabe”.

De qualquer modo, podemos considerar que paralelamente a um olhar atento sobre a evolução do desenvolvimento econômico das nações africanas os processos políticos começam a demonstrar maior amadurecimento, admitindo que os estes sejam conduzidos pelos próprios africanos. É nesse contexto da nova visão que podemos enquadrar a solução encontrada em Moçambique sobre as hostilidades político-militares, em que desde o início se afirmou e reafirmou que os moçambicanos eram capazes de resolver seus próprios problemas, e ainda bem que assim foi.

Portanto, podemos afirmar que as sementes lançadas pelas ideias nacionalistas dos pais das independências não morreram, apesar da longa noite das ditaduras e dos golpes de Estado, e que hoje renascem a partir da acumulação das experiências vividas, com a consciência de que pensar em democracia em África não tem de ser necessariamente seguir os paradigmas das democracias ocidentais, apesar dos valores universais dos direitos consagrados.

Nesse contexto, a concluir, devemos considerar que os diversos conflitos aos quais assistimos hoje em África, alguns deles violentos, como o do Sudão do Sul, da Somália, da República Centro Africana, da Líbia, não são mais como os conflitos aos quais assistimos no período pós-independência, em que estávamos à espera de que alguém viesse resolver por nós. Hoje esses conflitos estão devidamente enquadrados na agenda das organizações do continente, quer regionais, quer da própria União Africana.

A semente da desunião permanece, mas a visão dos novos dirigentes africanos, pelo facto de aceitarem fazer o exercício de autoavaliação dos principais problemas que grassam na governação africana, permite ter esperança de que a África está neste momento a caminhar por caminhos atractivos.

Veremos se a estratégia traçada para a África 2063 não será apenas mais uma utopia, embora as utopias sejam importantes para a dinâmica da história.